

São Paulo, 17 de maio de 2010.

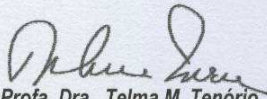
Of.Circ-Gab-Pró-G-030/10
MQL/amcg

Senhor (a) Diretor (a):

Atendendo à solicitação do Professor João Grandino Rodas, Reitor da Universidade de São Paulo, a Pró-Reitora de Graduação, assessorada por um grupo de docentes desta Universidade, elaborou o documento *Princípios gerais para a criação de novos cursos de graduação na USP*, posto anexo a este ofício, e solicita que V.Sa. o aprecie em sua Unidade, conjuntamente com a Comissão de Graduação. As sugestões, se existirem, deverão ser encaminhadas à Pró-Reitoria até o dia **10 de junho** e, depois, serão apreciadas pelo Conselho de Graduação do dia 17 de junho. O documento final, aprovado pelo CoG, será encaminhado ao M. Reitor.

Certa de contar com o empenho de V. S^a. em mais esta etapa de aperfeiçoamento e valorização da graduação, despeço-me com os melhores cumprimentos.

Cordialmente,


Prof. Dra. Telma M. Tenório Zorn
Pró-Reitora de Graduação

c/c: Presidente da CG

Princípios gerais para a criação de novos cursos de graduação na USP

Nos últimos anos, a universidade, em geral, teve considerável expansão. Apesar de inegavelmente importante, este esforço ainda não foi suficiente para o desenvolvimento adequado do ensino superior público no Estado de São Paulo. No contexto da expansão dos cursos superiores, o ano de 2010 é especialmente emblemático, porque representa a meta temporal estabelecida originalmente pelo Plano Nacional da Educação (PNE), segundo o qual 30% da população entre 18 e 24 anos deveria estar incluída no ensino superior, o que ainda está longe de ser realidade. Embora o percentual de jovens matriculados no ensino superior tenha dobrado nos últimos 10 anos, representa atualmente apenas 13,9%, estando os estudantes, em sua maioria, ligados ao sistema privado de educação superior. Essa situação deve ser revertida, pois é consenso que a inclusão das classes mais pobres no ensino superior é necessária para o desenvolvimento de uma sociedade mais evoluída e mais justa.

Diante desse quadro, deve-se refletir sobre a contribuição e a parcela de responsabilidade da USP no que concerne à expansão de seus cursos de graduação, tanto no que diz respeito ao aumento do número de vagas quanto à criação de novos cursos, de modo que a universidade possa atender às demandas da sociedade, sem, contudo, se descaracterizar e sem perder a qualidade de seus cursos. Uma análise rápida da situação da graduação mostra que a USP se expandiu significativamente na última década: os dados revelam que houve um aumento de 40%, aproximadamente, no número de vagas nos cursos de graduação e que 85 cursos foram criados. A expansão traz benefícios e problemas: aqueles são imediatos e dizem respeito à inclusão de mais alunos no ensino superior e sua consequente qualificação para o mercado de trabalho; esses são mediatos e dizem respeito às condições de funcionamento da universidade, que, sem a devida estrutura, poderá perder sua eficiência.

Por isso, apesar do impacto francamente positivo da expansão da USP para a sociedade, esse processo não pode continuar no mesmo ritmo que vem acontecendo. É necessário avaliar a situação atual da graduação na USP. Entende-se que o momento atual deve ser de consolidação dos cursos e unidades que foram criados, ou incorporados à USP nos últimos anos. Além disso, o momento é também de reavaliação de todos os cursos, pelas unidades que os oferecem, em termos de sua atualidade e compatibilidade com as demandas sociais contemporâneas e da sincronia entre as tendências científicas na área em relação ao mercado de trabalho.

Essa reavaliação deve visar ao aprimoramento dos cursos, tendo-se em vista alguns pontos importantes, como os sugeridos a seguir:

1. análise de objetivos e currículos oferecidos, bem como de sua adequação ao número de vagas oferecidas;
2. discussão sobre eventual extinção de cursos de baixa demanda, evidenciada pela relação candidato/vaga na FUVEST, e de baixo impacto social, considerando-se sua possível extinção, ou reestruturação;
3. discussão, nas Comissões de Graduação das unidades e no Conselho de Graduação, sobre projetos pedagógicos, que devem ser modernos, inter e multidisciplinares e ter menor ênfase nas disciplinas tradicionais. As Comissões de Graduação devem, ainda, proceder a uma revisão da carga horária teórica, a fim de permitir maior flexibilidade nas atividades dos alunos de graduação;
4. identificação das causas da evasão escolar, para que se tomem atitudes efetivas em relação a sua diminuição;
5. renovação dos cursos noturnos da USP, oferecendo-lhes infra-estrutura adequada para o funcionamento, a partir, também, de política de valorização do trabalho noturno.

Em resumo, o processo de expansão deve ser indissociável da análise crítica dos cursos existentes e, quando for o caso, de propostas de reformulação, cuja análise deve ser conduzida pelo Conselho de Graduação. Para isso, é necessária a consolidação de uma cultura de auto-avaliação consistente, que inclua alunos e professores. A avaliação externa, em andamento nas unidades de ensino e pesquisa da USP, poderá trazer subsídios importantes nesse contexto, inclusive para se proceder a possíveis reestruturações de departamentos e, também, à revisão da oferta de cursos de graduação.

A demanda pela educação superior de qualidade, no entanto, é crescente e sempre mais complexa e dinâmica, e se, de um lado, em termos de criação de novas carreiras, a USP não pode ficar à margem do processo de desenvolvimento da sociedade e da evolução do conhecimento, sob pena de estagnar-se e deteriorar-se, o que pode ser fatal para os desígnios da Universidade, de outro, a ampliação desmesurada da universidade pode gerar

problemas e desequilíbrio. Isso, de certo modo, já vem acontecendo na USP, portanto, deve-se adotar postura pró-ativa para que esse risco seja afastado o mais rapidamente possível.

Não obstante as restrições feitas, deve-se esclarecer que o processo de reavaliação e reformulação de cursos aqui delineado não deverá impedir a apresentação de propostas de expansão, mas todas devem ser consideradas quando:

- (1) houver demanda qualificada, mérito acadêmico, caráter inovador, empregabilidade e pós-graduação no departamento/unidade bem avaliada pela CAPES, de forma a garantir a interação entre o ensino e a pesquisa, requisitos necessários para a manutenção da marca da USP;
- (2) houver clareza de que a infra-estrutura utilizada ofereça sustentabilidade à proposta;
- (3) houver clareza que o novo curso seja inserido em um contexto de ensino já estabelecido, não requerendo, por si só, a criação de uma Unidade de Ensino (Faculdade) para abrigá-lo;
- (4) não houver risco de comprometer o orçamento da USP em nível que possa ameaçar a manutenção de suas atividades, incluindo tanto a política de valorização dos recursos humanos, nos quadros de docentes e de servidores técnico-administrativos, quanto à política de permanência estudantil.

No que concerne aos Museus, poder-se-ia aproveitar o potencial desses órgãos de integração para que se tornem Unidades plenas de ensino, em que sejam implementados cursos de caráter multidisciplinar, pertinentes às atividades neles desenvolvidas.

Finalmente, em paralelo à implementação das proposições consideradas neste documento, deve-se iniciar, ainda em 2010, amplo debate sobre o problema da expansão do ensino superior público. É importante, também, que o debate seja patrocinado pela USP e que envolva docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos de todas as três universidades públicas estaduais, os governos estadual e federal e, também, representantes tanto das áreas econômica e produtiva quanto da sociedade em geral, para que a Universidade possa, sem perder de vista os processos acadêmicos e a sua autonomia,

participar de modo mais vigoroso dos novos rumos tomados no estado de São Paulo e, em última instância, no país.

Contribuíram para a elaboração deste documento os professores:

Carlos Frederico Martins Menck (ICB)

Chester Luiz Galvão Cesar (FSP)

Emma Otta (IP)

Helio Nogueira da Cruz (Vice-Reitor)

Luiz Roberto Giorgetti de Britto (ICB)

Marcos Felipe Silva de Sá (FMRP)

Marli Quadros Leite (FFLCH) Assessora da Pró-Reitoria de Graduação

Rui Curi (ICB)

Telma M. Tenório Zorn (Pró-Reitora de Graduação)

São Paulo, 17 de maio de 2010.